



ACÓRDÃO Nº846/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11895/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Cleitman Rabelo Coelho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7797/2022-MPC/EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - IMTRANS. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Cleitman Rabelo Coelho**, responsável pelo Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS, exercício 2021;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Cleitman Rabelo Coelho** no valor de **R\$ 18.534,00** conforme descrição a seguir:

10.2.1. com fundamento no art. 54, VII, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, **no valor de R\$ 10.000,00** em virtude dos achados descritos nos itens 2, 4, 5 e 6 da fundamentação desta proposta de voto;

10.2.2. com fundamento no art. 54, I, “a”, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, I, “a”, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 8.534,00** em virtude do atraso na remessa de dados pertinentes às competências



ACÓRDÃO Nº846/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

de abril - 63 dias de atraso, maio - 32 dias de atraso, julho - 29 dias de atraso, setembro - 17 dias de atraso e outubro - 31 dias de atraso) ao sistema e-Contas conforme item 01 da fundamentação desta proposta de voto; e fixar prazo de 30 dias que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à atual gestão do IMTRANS que:

- 10.3.1.** Evite o atraso na remessa de balancetes mensais a este TCE/AM;
- 10.3.2.** Mantenha portal de transparência atualizado nos termos da Lei Complementar nº 101/00;
- 10.3.3.** Institua controle de entrada e saída de materiais;
- 10.3.4.** Promova a inscrição de créditos em dívida ativa nos termos do art. 39 e seguintes da Lei n. 4.320/64;
- 10.3.5.** Promova junto à Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Manacapuru, parecer sobre licitações, contratos e prestação de contas anual;

10.4. Dar ciência do desfecho destes autos ao Sr. Cleitman Rabelo Coelho e



ACÓRDÃO Nº846/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

à atual gestão do Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização,
Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-
não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello,
Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga
Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral